

# Editorial

Sérgio Niza

A interpretação perversa que, na maioria das escolas, se vem fazendo dos normativos de organização e gestão conduziu os presidentes dos Conselhos Directivos a acumularem a presidência e a representação dos demais órgãos do poder. Esta concentração autocrática de poderes de direcção administrativa e pedagógica rapidamente descreditaram o caminho de autonomia para as escolas.

Uma autonomia para as instituições educativas, em regime democrático, exige-se que seja democrática.

A condição necessária e primeira para que a educação se torne democrática é a de que ela se realize no interior de uma instituição que se organiza e age democraticamente: um lugar de cidadania plena para cada um dos seus actores que potencie um *ethos* democrático, gerador de educação.

Os professores que assim manipulam a organização da educação e todos os outros que nisso consentem tornam-se uma força incontável contra a Democracia e a Educação Democrática. A falta de consciência do que está a acontecer, no governo das escolas, torna-nos eticamente incapazes para enfrentarmos com determinação o desgoverno do sistema educativo e os caprichos académicos das políticas curriculares de reorganização e revisão.

É por isso que, neste desconcerto, a autonomia e construção da profissão estão cada vez mais comprometidas e a reforma da escola e do currículo é cada vez mais longínqua, pese embora a novidade do discurso político (leia-se

quadro teórico) que os documentos oficiais foram veiculando.

As estruturas destas reformas, supostamente participadas, rapidamente se incorporam nos esquemas mentais e organizativos do «regime de classes e de disciplinas» do século XIX. Assim aconteceu ao longo de todo o século XX. Há matéria de experiência. Importa aprender com ela.

Acresce que os tempos na política de educação são os tempos regidos pelos anos lectivos. É por isso que nas escolas, por rotina cultural, o ano escolar se projecta por volta da Páscoa e não em Setembro, como se pensa no Ministério. E assim, quase sempre o atraso de um mês nas decisões de um governante pode representar o atraso de um ano escolar, quase dois anos civis, para mobilização das comunidades educativas. O arrastamento do tempo conduz então ao descrédito das decisões. Os governos vão passando e a Escola permanecendo sem mudanças de vulto.

Quase três décadas de democracia política, com uma escola em consolidação autocrática, dá que pensar aos que como nós, há mais tempo ainda, nos batemos pela democracia na educação.

É tempo de aprendermos uns com os outros a Democracia e de partilhá-la em todas as escolas, já que não podemos contar com governos que democratizem a educação das escolas.

Mas não descansemos um instante sequer neste difícil propósito. Uma democracia só é sustentável pelo labor constante de todos nós na construção de uma Educação para a Democracia.